

AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA FRENTE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO

Elizabeth José Campos
Mestre em educação profissional em saúde
Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os objetivos educacionais quanto ao ensino da disciplina Sociologia, historicamente construídos, e suas possíveis implicações no presente, frente as novas formulações legais para o ensino médio, BNCC (2018), enfatizando o desenvolvimento de competências e habilidades para as decisões pedagógicas do ensino. São utilizadas produções teóricas sobre politicas de currículo, assim como as produções de diferentes autores sobre a história da inserção da Sociologia no ensino médio. Tais questões, destaca que a movimentação do discurso curricular, relacionada ao discurso das diretrizes educacionais, criando diferentes modalidades de praticas pedagógicas, constitui-se um desafio no debate sobre quais são os objetivos educacionais do ensino da disciplina. Neste contexto aponta a necessidade de uma reflexão para construção de novos olhares sobre a matriz curricular que venha atender a ligação entre o ensino de Sociologia com suas ferramentas científicas, articulado com um currículo pedagogicamente impulsionado de novas tendências de temas transversais.

Palavras-chave: Educação. Ensino de Sociologia. Base Nacional Comum Curricular.

INTRODUÇÃO

As questões que me motivaram a escrever este texto decorrem de inquietações da minha pratica profissional enquanto docente da rede publica, no ensino médio e tem como objetivo contribuir com a comunidade acadêmica em torno do debate da temática: o ensino de Sociologia no currículo do ensino médio, dialogando com as interfaces do seu contexto histórico de inclusão e exclusão nas politicas educacionais, entre as dimensões legais, dadas aos atuais textos oficiais (Base Nacional Comum Curricular/Ensino Médio/2018). Não se trata de estabelecer um determinismo histórico disciplinar, mas de tentar compreender os desafios operacionais do ensino de Sociologia, colocados pelas atuais reformulações para o ensino médio. Como será a nova organização curricular, haverá dialogo, já que a BNCC em suas diretrizes menciona que é preciso romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizantes (BNCC 2018 p. 471).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), advoga a possibilidade de um currículo dotado de transversalidade entre as disciplinas, de modo a viabilizar uma nova divisão de conteúdos disciplinares, nesta perspectiva entender o currículo como um campo em que diferentes discursos são reconhecidos, evidenciando contribuições nas suas abordagens significa entender que os discursos relativos aos currículos são constituídos no interior de outros fluxos de significações e sobre a sua influencia recriando-os.

Criou-se assim um cenário de incertezas, causando inquietações, diante de tensões geradas pela redefinição curricular, provocando diversos questionamentos na interpretação contextual da nova estrutura curricular, que fundamenta sua organização na formação geral básica, em um conjunto de competências e habilidades e em itinerários formativos, apontando condicionantes para as praticas discursivas em sala de aula.

Como pensar em uma pratica didática, ao esvaziar o ensino de Sociologia escolar com seus conceitos e especificidades epistemológicas, na abordagem curricular, já que a BNCC, propõe que sejam dissolvidas em habilidades e competência, numa perspectiva de educar para formação voltada para o mercado de trabalho, demonstra assim o caráter normativo da Base e a intenção de orientar a pratica pedagógica. Isto põe em cheque os objetivos educacionais e intencionalidades educativas da disciplina de Sociologia no currículo do ensino médio, onde seus conhecimentos desenvolve-se através de conceitos críticos sobre a realidade social.

Sobre isso podemos citar o trecho de Macedo (2001) " A grande problemática posta a historia do currículo reside na tensão dos aspectos macro sociais e as das instituições e da sala de aula nas quais se materializa o cotidiano curricular".

Podemos dizer que as estruturas curriculares, assim afirmadas nas normativas legais, tenha sido passo imprescindível para a legitimidade dos conceitos epistemológicos das disciplinas, o que historicamente no caso da Sociologia no ensino médio, constitui a sua base institucional na escola secundaria no Brasil.

Trata-se assim de uma interseção singular entre o saber cientifico e os aparatos de poder, característicos das legislações oficiais, onde o currículo formal, no caso do ensino de Sociologia, alça lugar de destaque, revelando-se elemento central dos processo de constituição de suas especificidades dos quais segundo Amurabi Oliveira (2020) " mesmo quando a disciplina Sociologia esteve ausente dos currículos, o conhecimento sociológico se fazia presente em outras disciplinas, ministradas por docentes das

Ciências Sociais".

Nesta direção, Lopes (2013), aponta uma nova leitura para o conhecimento, sem negar as praticas identitárias das disciplinas, com outros registros via, contextualização, interdisciplinaridade, ou transversalidade, sem minimizar a relevância das disciplinas, sem colocar a questão as classificações instituídas". Assim a autora argumenta que a organização curricular em matriz disciplinar não impede que surgem mecanismo de integração ou mesmo articulações entre outras disciplinas.

Frente a esses aspectos, teceremos reflexões sobre as possíveis inter-relações, que envolvem historicamente o desenho curricular para o ensino de Sociologia escolar, destacando elementos que possam apoiar e ou estruturar analises de formulação e implementação de um currículo de temas transversais, onde as especificidades cientificas das disciplinas, foram modificadas, no campo educacional em habilidades e competências, restringindo aos saberes operacionais.

A fim de debater essas questões, faremos um resgate histórico dos principais aspectos do movimento de inclusão e exclusão do ensino de Sociologia no ensino médio, acrescentando em seguida reflexões de autores que fundamentam o currículo, dotado de transversalidade entre as disciplinas, e tentar compreender o fato que o ensino de Sociologia estar vinculado a perspectiva de integração entre as diferentes áreas do conhecimento, envolvendo uma inter-relação de conceitos e de princípios e sem a devida compreensão podem fragilizar qualquer iniciativa de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos e de mudança na pratica do professor.

O currículo deve ser entendido não somente como uma lista de conteúdos a serem transmitidos, nas palavras de LOPES (2016) "uma conversa complicada", estruturada por diretrizes, focada em objetivos, que é excessivamente voltada para resultados. Alunos e professores trazem para o que estiver sendo estudado, seus conhecimentos, seus interesses, desinteresses, fazendo com

que o cotidiano do espaço escolar constitui o local privilegiado do discurso identitário das disciplinas.

Como expõem Bodart e Feijo (2020), é justamente olhando para o currículo que acreditamos poder compreender o "novo momento' dessa disciplina a fim de explorar, quais formas ele pode colaborar para alcançar os objetivos de aprendizagem traçados pela Base Nacional Comum Curricular.

CURRÍCULO, ENSINO DE SOCIOLOGIA: HISTORICAMENTE TECENDO QUESTIONAMENTOS

A Sociologia como área do conhecimento especifico, acerca do estudo dos fenômenos sociais, esta presente no Brasil entre o final do seculo XIX e inicio do século XX, de acordo com revisão bibliográfica realizada, caracterizado pelas reformas educacionais, que teve na figura do currículo sua primeira expressão do ordenamento político estatal, legitimou-a através de sua objetividade como disciplina escolar, útil as necessidades do conhecimento harmônico da sociedade. Objetivo único das exigências e influências do positivismo (OLIVEIRA, 2020).

Uma importante fonte de consulta sobre o processo histórico de inserção do ensino de Sociologia na escola secundária, são os relatórios do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, "Sociologia como ciência e profissão no Brasil" onde encontramos relatos de Florestan Fernandes, Antônio Candido e Fernando de Azevedo, que em seus relatos, recomendam a inserção da Sociologia no currículo na escola secundária no Brasil.

A rica literatura acadêmica, sobre a história do ensino de Sociologia,(OLIVEIRA (2013, 2021), FRAGA (2020), CIGALES (2015), BODART (2019) destacam o parecer de Rui Barbosa em 1882, como a primeira normativa que faz menção à Sociologia, como uma das novas disciplinas que seria criada para o curso de Direito (OLIVEIRA 2020). Posteriormente em 1931, com a Reforma Francisco Campos, (Decreto nº 10890 de 18/04/) a Socio-

logia passou a integrar os cursos complementares que eram obrigatórios para o ingresso no ensino superior (OLIVEIRA 2021). O que representa um marco importante, para pensarmos sobre o processo de institucionalização do ensino de Sociologia no ensino médio (SILVA, 2010).

A reforma Gustavo Capanema, decreto nº 4.244 de 09 de abril de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Secundário), que separa o ensino secundário do ensino superior, há uma dupla dimensão para o ensino de Sociologia, onde por um lado, o documento oficial, retira a obrigatoriedade da disciplina na escola secundária, mas por outro lado permitiu sua inserção, apenas, nos cursos de formações de professores (curso normal) e alguns de seus conteúdos passam a integrar a proposta curricular de Filosofia no 3º ano do curso clássico (SOARES:2009:79).

Nos períodos históricos acima descritos, a Sociologia nasceu acobertada por reformas educacionais curriculares que são direcionadas para uma instrução pedagógica, contextualizada por finalidades eminentemente introdutória, de cunho científico, na crença de uma formação especializada e no desenvolvimento intelectual do educando. Tal concepção do ensino de Sociologia, revela-se de acordo com Mocelin (2019), "como um viés cientificista, exageradamente acadêmico, centrada no professor , em que a pratica metodológica seria de aulas ditadas".

É pertinente ressaltar que na análise de Celso de Sousa Machado sobre o Ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira: Estudos Preliminares, nos indicam que existiram períodos, (década de 60/70,) onde a ausência da Sociologia foram modificados pela presença de conteúdos curriculares de Moral e Cívica e Organização Social Politica Brasileira (OSPB), e isso determinou que os objetivos da disciplina, além de assumir um caráter doutrinário, também encobriram estratégia de poder e de saber que se materializavam no cotidiano escolar, caracterizado pelo verbalismo do professor e pela memorização do aluno de conceitos e teorias.

Com o fim da profissionalização na escola secundária (Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982, que alterou a Lei nº 5.692 de 11.08.1971), abrem-se espaço para o retorno da Sociologia escolar, em campos não especializados do discurso educacional, assim, o discurso pedagógico sinaliza que as reformas educacionais produzem seus textos para outros contextos, no qual esses discursos, tem como estratégia metodológica os conteúdos a serem incorporados no campo pedagógico.

A presença do currículo do ensino de Sociologia no campo da educação básica teve seu marco, em 1996 a partir da LDBEN (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional)), passando então a ter um conjunto de regulamentação configurado pelas Diretrizes e referencias curriculares nacionais da Educação Básica, que se desenhou que Sociologia escolar tinha potencialidades para promover cidadãos conscientes e críticos. Neste alinhamento com as políticas educacionais é que a Lei n.11684 de 2008, torna concreta a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio, sob a referência de formar estudantes para uma construção cidadã.

Trata-se de novas perspectivas que vem para o ensino de Sociologia escolar, que agrega conhecimentos da Antropologia, Ciências Políticas e dos conceitos sociológicos, consolidando-se assim nesse campo, instituindo novos caminhos epistemológicos, produzidos nas mediações das normativas e diretrizes educacionais, para uma pratica pedagogicamente organizada em torno de suas intencionalidades didáticas

Desta forma o ensino de Sociologia escolar é fundamentado na legitimidade científica e a organização de seu currículo é legalizado com temas oriundos de autores das Ciências Sociais, além de conceitos e teorias fundamentais da Sociologia, formando assim elementos constitutivos do discurso no campo pedagógico, na difusão de conhecimentos, na qual esses discurso passam a constituir uma nova ordem, um novo sentido, colocadas por decretos e reformas educacionais. Assim sua trajetória perpassou por diferentes concepções orientada por discursos distintos, das normativas educacionais.

Conforme a leitura realizada por Amaury Cesar Oliveira (2017), essa tensão entre ciência acadêmica e disciplina escolar permanece ao menos latente e talvez isso resulte ainda em muitas dificuldades, quando se trata de pensar, propor e operar com os conteúdos do ensino médio. No entanto Mocelin (2019) descreve que a Sociologia escolar é efetivamente interdisciplinar por articular essencialmente as ciências sociais com a educação.

Assim procedendo quando olhamos para as bases normativas da Portaria nº 1.432 de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para elaboração de itinerários formativos parte flexível do currículo), a partir de quatro eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos e mediação, intervenção socio cultural e empreendedorismo, é inevitável interrogar como articular esses eixos ao ensino de Sociologia no seu papel critico refletivo, em defesa de uma ensino, segundo Mocelin (2019), fundamentado na finalidade de produzir uma atitude investigativa e disposições de pensamento reflexivo durante a formação escolar de cidadão jovens e adultos.

O ensino de Sociologia tem se concretizado historicamente, a partir do campo do discurso pedagógico oficial direcionado pelas diretrizes operacionais, que se recontextualizam no espaço escolar, reproduzindo que as especificidades do ensino de Sociologia estaria apenas no estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais, nos quais os conhecimentos no campo acadêmico da Sociologia e das Ciências Sociais (Antropologia e Ciências Políticas) se articulam em conceitos para gerar novas estruturas e práticas pedagógicas na escola, na sala de aula.

Portanto, uma imediata desvinculação do ensino de Sociologia, antes disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio, para uma Sociologia onde o seu formato curricular se coloca com temas transversais, podem ser tratados ou como disciplina, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articulados de saberes (DCNEM/2012) o que pode, na prática significar supressão de componentes curriculares, provenientes da Antro-

pologia e ciência política. O que está em questão é que com esse discurso, está a ideia de uma educação sem expectativa de acesso aos níveis elevado do conhecimento.

Outro elemento que incide na própria definição das especificidades das disciplinas que compõem a área das Ciências Humanas é a própria nomenclatura que foi modificada no seu viés de hierarquização de Ciências Humanas e suas Tecnologias (OCEM/2008) para Ciências Humanas aplicadas (OCNEM/2012), devendo selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático pedagógicas diversificadas. (OCNEM 2012).

Porem segundo Lopes (2008), a disciplinaridade e integração não são polos que se opõem, de forma que se possa pensar em uma alternância entre currículo disciplinar e currículo integrado. Neste movimento o que significa de fato, "permanência e mudança precisam ser mutuamente constitutiva [...] tais relações se conectam com a dinâmica das articulações que produzem políticas de currículo hibrido (LOPES/2008).

Tal compreensão do currículo como híbrido de discurso é possível visualizar que a Base Nacional Comum Curricular (2018), e as Orientações Nacionais Curriculares para o ensino médio (2012), ao mesmo tempo que fragmenta o currículo disciplinar ao determinar ensino por área de conhecimentos e por itinerários formativos e a obrigatoriedade de somente Português e Matemática, também abre possibilidade, para que as disciplina possam construir canais entre elas, promovendo níveis de procedimentos metodológicos, tendo como estratégia didática preparar pessoas abertas ao mundo flexível, a pluralidade cultural.

Essa perspectiva, reforça a ideia de ser a disciplina Sociologia no ensino médio, portadora de diferentes discursos curriculares, a partir de reinterpretações das politicas educacionais podendo se apropriar de outros princípios epistemológicos mais específicos da Sociologia escolar, tais como historicizada e dos fenômenos sociais, relação de interdependencia entre individuo e sociedade e outros que possam contribuir para a orientação pe-

dagógica, frente aos novos dispositivos legais em suas orientações curriculares.

Em linhas gerais é necessário que tenhamos claro as competências e que saberes e formas de ensinar, face a nova tendência das diretrizes curriculares, proposta para a presença do ensino de Sociologia, no ensino médio, onde o currículo se configura com uma larga relação com as normativas educacionais, onde diferentes discursos e significações, estrutura e restrutura sua organização, assim encontrar formas de aproximar, conectar e interligar conhecimentos, proporcionara rumos a proposta de transversalidade articulada à estratégia da BNCC para o ensino médio. Um currículo pautado na lógica das competências ressignifica o conhecimento, relacionando-o a desempenhos de forma utilitária ou seja, tem-se o conhecimento para algo (MACEDO/2016)

Acreditamos que com essa compreensão, possamos refletir sobre a produção flexibilizada do currículo, na mediada que a BNCC/NEM determina que o ensino de Sociologia, seu formato curricular se coloca em possíveis interfaces com outras disciplinas, que incluem temas transversais a serem aplicados e neste sentido como salienta Bodart (2020), precisamos, nós docentes, dialogar no ensino de Sociologia, afastando-nos de práticas depositárias de conhecimento, compreendendo que o diálogo é uma ponte que liga os mundos dos estudantes com os mundo dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de incertezas diante da Base Nacional Comum Curricular (2018) e das Orientações Nacionais Curriculares para o Ensino Médio (2012), constitui um desafio para os pesquisadores: refletir sobre esse novo formato de currículo, organizado por áreas do conhecimento em itinerários formativos, o que leva a modificar a proposição das disciplinas. E assim nos deparamos com um cenário de mudanças e muitos questionamentos em re-

lação aos conteúdos curriculares para o ensino de Sociologia, em um cenário de inovações, pressupondo assim uma análise mais abrangente entre os discursos pedagógicos reproduzidos nos documentos oficiais e a realidade do trabalho escolar.

Neste sentido, muitas questões precisam ser problematizadas e explicadas para que possamos entender de que maneira a produção dos conteúdos a serem ensinados pautados em um trabalho interdisciplinar, articulados com a estratégia de projetos onde os conhecimentos são vistos como uma rede de interrelações, constituindo o campo intelectual (terminologia de Bourdier, adotada por Basil Bernstein) do sistema educacional.

Com esse percurso entendemos que o ensino de Sociologia no ensino médio, a partir dessa nova perspectiva de integrar seu currículo a novos conhecimentos, abre portas para repensar o trabalho a ser desenvolvido no âmbito de suas orientações educacionais, buscando contemplar uma educação representativa mais ajustada da realidade social, Assim os objetivos para o ensino de Sociologia, demandam um diálogo entre as atuais formulações para o Ensino Médio, em seus processos de recontextualização, e sua recriação no contexto da prática escolar. Compreendo que ao lado de outras disciplinas é possível disponibilizar elementos educacionais, necessários para formação voltada para uma visão crítica da realidade social.

REFERENCIAS

BRASIL,Lei Federal nº 13.415, de 17 de fevereiro de 2017, Altera as leis n. 9394/96 e 11.494/2007, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. _____Brasília, 2017.
BRASIL. MEC. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia e a BNCC:

Esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das Competências. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS), v. 4, n.2, p. 131-53, jul./dez. 2020. Disponível em: https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/298/198

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. Revista Espaço do Currículo, v. 13, n. 2, p. 219-234, 14 abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/5119

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice, C; MACEDO, Elizabeth. Estudos Curriculares, ensaios selecionados/Willian Pinar. São Paulo: Cortez, 2016

LOPES, Alice CASIMIRO. In: Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: Alice CASIMIRO LOPES; Anna Luiza MARTINS DE OLIVEIRA; Gustavo Gilson de OLIVEIRA. (Org.). A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação. Recife: Editora da UFPE, 2018b, v. 1, p. 133-167.

LOPES, Alice CASIMIRO. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EdUerj/Faperj, 2008. 184p. Disponível em: www.eduerj.uerj.br, acesso em set/2020

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências. In: Alice CASIMIRO LOPES; _____. (Org.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 73-94

MOCELIN, Daniel Gustavo. O Campo da Sociologia escolar. In: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. 2019. Florianópolis. Anais... Sociedade Brasileira de Sociologia, 2019. Disponível em: http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjE4MTMiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYzM1ZGI5MjU5NTg0YmUxY2U5ZmZmZDc5NmFkYzMyY2YiO30%3D

OLIVEIRA, Amurabi. La sociología en la educación secundaria

en Brasil (1890-1971). Didáctica: Revista de Investigación en Didácticas Específicas, Barcelona, 2021. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/didacticae/article/view/3177

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005